



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Doutoramento em Direito

1. Nome da Unidade curricular:

HISTÓRIA DA JUSTIÇA

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual
Horas de Trabalho: 504
Créditos ECTS: 18

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Professora Doutora Isabel Graes

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Não aplicável

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Assente numa perspectiva histórico-jurídica, a presente Unidade Curricular visa estudar a génese e evolução do modelo judiciário implementado no território continental português e nas províncias ultramarinas (principalmente em África e no Brasil), sendo, sempre que possível, estabelecida uma análise de direito comparado. A este respeito é explicado o lugar que foi conferido, desde a Idade Média, à recta e necessária administração da Justiça, reforçada por um conjunto de instrumentos como a fundamentação das sentenças, a consagração de recursos, ou ainda a realização de sindicâncias que tinham por destinatários os diversos actores judiciários.

Tais metas não ficaram esquecidas no passado, pois se, anteriormente, quer o legislador quer a doutrina exigiam o seu cumprimento, como a assunção de uma virtude personificada na figura do monarca ideal; idêntica preocupação continua a ser mantida actualmente, ao enunciar-se a imperatividade de um *judgamento justo*, cuja decisão deve ser obtida num *período razoável*. No entanto, dado que nem sempre estes objectivos foram atingidos, será concedida uma especial atenção às fragilidades da justiça, ou, para adoptar uma expressão que já se banalizou, à(s) crise(s) da justiça. Neste contexto, para citar apenas um exemplo, tratar-se-á da politização do judiciário vs. a judicialização da política, ou por outras palavras, do princípio da independência do poder judicial, como forma de assegurar a prossecução dos direitos fundamentais.

Os diferentes aspectos do programa ministrado são ilustrados e acompanhados com a análise da legislação vigente, assim como da abordagem de textos doutrinários e decisões judiciais, sendo incentivado o debate e a problematização das matérias em apreço.

6. Conteúdos programáticos:

I. Os antecedentes do modelo judiciário português (período medieval e moderno)

1. O poder judicial enquanto manifestação do poder régio. A justiça como virtude.
2. As instituições judiciárias, a sua especialização e profissionalização. A obediência à lei.
3. Os recursos. A fundamentação das sentenças.
4. Direito e justiça;
5. O bom juiz;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

6. O arbítrio judicial;
7. “Julgar contra o Direito”;
8. Os officios da justiça;
9. As inspeções e correições.

II. Período Contemporâneo

1. Liberalismo, separação de poderes e poder judiciário.
2. A construção de uma “nova” justiça;
 - 2.1. A justiça comum, especial e excepcional (os tribunais políticos);
3. Origem e independência do poder judicial;
4. Os tribunais superiores;
5. A resposta judicial Novecentista;
6. Instrumentos da justiça (a uniformização da jurisprudência a ditadura da lei e o poder de julgar);
7. O tempo e o lugar da justiça. O ativismo. A constante ameaça dos media.
8. A Justiça Constitucional;
9. Os actores judiciários;
10. Os Conselhos Disciplinares;
11. A politização da Justiça e a judicialização da política;
12. Entre a actual crise judiciária e o sonho de uma justiça global;
13. Algumas fragilidades da justiça do século XXI.

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

O programa evidencia a criação e formação histórica do modelo judiciário ocidental, sendo conferido especial destaque ao caso português. Neste contexto são dadas a conhecer as diversas instituições que o legislador destinou, quer à metrópole quer às diversas províncias ultramarinas, as quais revelam ainda o modelo governativo adoptado e as influências sentidas pelas correntes do pensamento jurídico coetâneo.

8. Metodologias de ensino:

O curso assenta numa linha teórico-prática, em regime de seminários. Após a apresentação teórica de cada um dos temas enunciados no programa, por parte do Professor Regente, é fomentado o debate crítico e o desenvolvimento da matéria por parte dos alunos, tendo em atenção as preferências dos mesmos.

Como apoio à leccionação encontra-se disponível o acesso à plataforma moodle da respectiva Unidade Curricular (História da Justiça) onde os alunos podem encontrar, sempre que possível, textos digitalizados ou em acesso livre que se relacionem com a matéria abordada, de modo a aprofundar os conteúdos ministrados, podendo ser utilizados ainda como elementos de apoio na investigação necessária à elaboração dos relatórios finais.

9. Avaliação:

A avaliação pauta-se segundo o disposto no Regulamento de Avaliação da FDUL, correspondendo à redacção de um Relatório Final que será exposto oralmente numa das aulas, seguido do respectivo debate. Para efeitos de avaliação será igualmente sopesada a participação nos debates criados ao longo dos seminários que compõem o ano lectivo.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

A abordagem adoptada na leccionação visa permitir que o aluno consolide o conhecimento histórico-jurídico, em que é chamado a desenvolver, de modo detalhado, os princípios estruturantes que nortearam a definição do modelo judiciário português. Tendo em atenção a falência de algumas das propostas apresentadas e/ou dos modelos implementados assim como a dificuldade em enunciar uma solução eficaz, procura-se estimular o raciocínio crítico



que deverá caracterizar as intervenções orais e a redacção do Relatório Final. Por último, a apreciação atenta das fontes primárias coevas permitirá cimentar as técnicas de investigação e de exposição.

11. Bibliografia principal:

- ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, *A reforma da Justiça criminal em Portugal e na Europa*, Almedina, Coimbra, 2003;
- BIGOTTE CHORÃO, Luis, *Política e Justiça na I República*, Letra Livre, Lisboa, 2010;
- CAPELLETTI, Mauro, *Giudici irresponsabili?*, Giuffrè, Milano, 1988
Giudici legislatori?, Giuffrè, Milano, 1984;
- CARBASSE, Jean-Marie, *Histoire du Parquet*, Droit et justice, PUF, Paris, 2000;
Histoire du droit penal et de la justice criminelle, PUF, Paris, 2000;
- DUVE, Thomas, *New Horizons in Spanish Colonial Law, contributions to transnational early modern legal history*, Global Perspectives on Legal History, 3, Max Planck Institute for European Legal History, Berlin, 2015, disponível em http://www.rg.mpg.de/gplh_volume_3.pdf;
- FARCY, Jean Claude, *L'histoire de la justice française de la Révolution à nos jours*, PUF, Paris, 2001;
- GONÇALVES, Caetano, *Supremo Tribunal de Justiça (1832-1932), memória crítica no primeiro centenário da sua fundação*, 1ª edição, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1932, reeditado em 2002;
- GRAES, Isabel, *Lições de História da Justiça*, AAFDL, Lisboa, 2023;
Temas de História da Justiça, AAFDL, Lisboa, 2021;
O poder e a justiça em Portugal no século XIX, AAFDL, Lisboa, 2014;
História da Justiça (Breves considerações acerca do seu objecto e método), in Anuário de História do Direito Português/Legal History Yearbook I, IURIS, Centro de Investigação Interdisciplinar, AAFDL Editora, Lisboa, 2020, 1, pp. 65-76;
História da Justiça, colectânea de sentenças (séculos XII-XX), AAFDL, Lisboa, 2019;
História da Justiça, colectânea de textos históricos, AAFDL, Lisboa, 2018;
- HALPERIN, Jean-Louis, *Le Tribunal de Cassation et les pouvoirs sous la Révolution (1790-1799)*, Paris, L.G.D.J., 1987;
Avocats et notaires en Europe; les professions judiciaires et juridiques dans l'histoire contemporain, LGDJ, Paris, 1996;
Forfeiture des juges et privation de l'office á la fin de l'Ancien Régime, in Juger les juges: Du moyen âge au conseil supérieur de la magistrature, Association Française pour l'Histoire de la Justice, Paris, 2000;
Histoire des Droits en Europe de 1750 à nos jours, Flammarion, Paris, 2004;
- HESPANHA, António Manuel, *Terão os juízes voltado ao centro do direito*, in Scientia Iuridica, 2013, vol. 62, n.º 332, pp. 225-254;
Poder e Instituições no Antigo Regime, colectânea de textos, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984;
As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal- século XVII, Almedina, Coimbra, 1994;
Justiça e litigiosidade: história e perspectivas, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1993,
- HILAIRE, Jean, *Histoire des institutions judiciaires*, 2 vols., Les Cours de droit, Paris, 1990-1991;
- HOMEM, António Pedro Barbas, *Iudex Perfectus. Função jurisdicional e estatuto judicial em Portugal, 1640- 1820*, Almedina, Coimbra, 2003;
O espírito das instituições: um estudo de história do Estado, Almedina, Coimbra, 2006;
- JUGNOT, Gérard, *Histoire de la justice française*, Les Cours de droit, Litec, Paris, 1998;
- MARTÍN-PALLÍN, Jose Antonio, *La guerra de los jueces*, editorial Los libros de la Catarata, Madrid, 2022; RODRIGUES, Cunha, *Modelos de governo do poder judicial – alternativas*, in Lugares do Direito, Coimbra, 1999;
- ROGHETTINI, Stella, *La politicizzazione di un potere neutrale*, in Rivista Italiana di Scienza Politica, 2/1995, pp. 227 e ss.;
- RODRIGUES, Maria de Lurdes, [et al.], *40 anos de políticas de Justiça em Portugal*, Almedina, Coimbra, 2017,
- SANTOS, Boaventura Sousa, et al., *Os tribunais nas sociedades contemporâneas: o caso português*, Edições Afrontamento, Porto, 1996;
- TARUFFO, Michele, *La motivazione della sentenza civile*, CEDAM, Padova; 1975;
Il modelo burocrático di amministrazione della giustizia, in Democrazia e Diritto, ano 33, n.º 3, 1993, pp. 249-265;
- TIMSIT, Gérard, *Gouverner ou juger, blasons de la légalité*, PUF, Paris, 1995.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Para cada um dos temas consagrados no programa será indicada bibliografia específica, a par de outros elementos de estudo.

12. Observações:

Ao longo do curso serão ainda convidadas individualidades de destaque do universo judiciário permitindo ao aluno um conhecimento mais detalhado das temáticas em apreço.

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular Unit Sheet

PhD Course

1. Curricular Unit Name:

History of Justice

2. Complementary Information:

Duration: Semester Annual
Work hours: 2h/week
Credits ECTS: 18

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Professor Isabel Graes

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

x

5. Learning outcomes of the curricular unit:

Based on an historical-legal perspective, this Curricular Unit aims to study the genesis and evolution of the judicial model implemented in the Portuguese mainland and in the overseas provinces (mainly in Africa and Brazil). Regarding this purpose and on behalf of a fair justice, several issues will be studied, such as the motivation of sentences and the judicial investigations addressed since the Middle Age to the various judicial actors, as the assumption of a virtue personified in the figure of the ideal monarch. Once such goals are not a mere characteristic of the past, both the legislator and the doctrine kept on claiming the imperativeness of a fair trial whose decision must be obtained within a reasonable period. Despite all the attempts to reach a suitable judicial model, various fragilities have been recognized, and Justice seems to be in a permanent crisis. In this context, a special attention will be given to the politicization of the judiciary vs. the judicialization of politics, or in other words, the principle of independence of the judiciary, as a way to ensure the pursuit of fundamental rights.



6. Syllabus:

I. The Portuguese Judicial Model (the medieval and the modern age)

1. Justice: a virtue and a symbol of the royal power.
2. Judicial institutions: their specialization and professionalization. Obedience to the law.
3. The motivation of sentences. The appeals.
4. Law and Justice.
5. The Perfect Judge.
6. The judicial discretion.
7. "Sentencing against the Law".
8. The judicial professions.
9. The judicial investigations and the "disciplinary" measures.

II. The contemporaneous period

1. Liberalism, separation of powers and the judiciary.
2. Building a "new" justice.
 - 2.1 Ordinary, special and exceptional courts (the political courts).
3. The independence of the judicial power.
4. The superior courts.
5. The 20th century judicial archetype.
6. Procedural law rules and the politics.
7. Justice: its time and place. The Judicial activism. How to deal with the media.
8. The Constitutional Justice.
9. Judicial actors.
10. Disciplinary councils.
11. The politicization of Justice and the judicialization of politics.
12. The judicial crisis and the dream of a global justice.
13. The 21st century and its judicial vulnerabilities.

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The syllabus highlights the creation and historical development of the Western judicial model, focusing the attention on the Portuguese case; stressing the judicial solution addressed to the overseas provinces, mainly in the African and Brazilian territories as well as the identification and importance of the coeval Legal Philosophy currents.

8. Teaching methodologies (including evaluation):

The course is based on a theoretical-practical line, in which all themes are introduced by the Professor, followed by a class debate. With reference to the syllabus, the deepening of the topics will take into account the preferences of the students.

As a support to the lectures and the making of the Final Report, the students can access to the Moodle platform of the respective Curricular Unit (History of Justice) where a considerable set of resources can be found.

9. Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

The approach adopted in the teaching methodology provides the consolidation of the historical-legal knowledge, in which the student is called to develop, in detail, the structuring principles that guided the definition of the Portuguese judicial model. Bearing in mind the failure of some of the proposals presented and the models implemented, as well as the difficulty in enunciating an effective solution, it will be stimulated the critical reasoning presented in the oral interventions and the writing of the Final Report.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

10: Evaluation:

The final evaluation is based on the Regulation applied by the FDUL, corresponding to the writing of a Final Report that will be presented orally in one of the classes, followed by the respective debate. For evaluation purposes, the participation in the debates created during the seminars will also be considered.

11: Main Bibliography:

- ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, *A reforma da Justiça criminal em Portugal e na Europa*, Almedina, Coimbra, 2003;
- BIGOTTE CHORÃO, Luis, *Política e Justiça na I República*, Letra Livre, Lisboa, 2010;
- CAPELLETTI, Mauro, *Giudici irresponsabili?*, Giuffrè, Milano, 1988
Giudici legislatori?, Giuffrè, Milano, 1984;
- CARBASSE, Jean-Marie, *Histoire du Parquet*, Droit et justice, PUF, Paris, 2000;
Histoire du droit penal et de la justice criminelle, PUF, Paris, 2000;
- DUVE, Thomas, *New Horizons in Spanish Colonial Law, contributions to transnational early modern legal history*, Global Perspectives on Legal History, 3, Max Planck Institute for European Legal History, Berlin, 2015, disponível em http://www.rg.mpg.de/gplh_volume_3.pdf;
- FARCY, Jean Claude, *L'histoire de la justice française de la Révolution à nos jours*, PUF, Paris, 2001;
- GONÇALVES, Caetano, *Supremo Tribunal de Justiça (1832-1932), memória crítica no primeiro centenário da sua fundação*, 1ª edição, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1932, reeditado em 2002;
- GRAES, Isabel, *Lições de História da Justiça*, AAFDL, Lisboa, 2023;
Temas de História da Justiça, AAFDL, Lisboa, 2021;
O poder e a justiça em Portugal no século XIX, AAFDL, Lisboa, 2014;
História da Justiça (Breves considerações acerca do seu objecto e método), in Anuário de História do Direito Português/Legal History Yearbook I, IURIS, Centro de Investigação Interdisciplinar, AAFDL Editora, Lisboa, 2020, 1, pp. 65-76;
História da Justiça, colectânea de sentenças (séculos XII-XX), AAFDL, Lisboa, 2019;
História da Justiça, colectânea de textos históricos, AAFDL, Lisboa, 2018;
- HALPERIN, Jean-Louis, *Le Tribunal de Cassation et les pouvoirs sous la Révolution (1790-1799)*, Paris, L.G.D.J., 1987;
Avocats et notaires en Europe; les professions judiciaires et juridiques dans l'histoire contemporain, LGDJ, Paris, 1996;
Forfeiture des juges et privation de l'office á la fin de l'Ancien Régime, in Juger les juges: Du moyen âge au conseil supérieur de la magistrature, Association Française pour l'Histoire de la Justice, Paris, 2000;
Histoire des Droits en Europe de 1750 à nos jours, Flammarion, Paris, 2004;
- HESPANHA, António Manuel, *Terão os juízes voltado ao centro do direito*, in Scientia Iuridica, 2013, vol. 62, n.º 332, pp. 225-254;
Poder e Instituições no Antigo Regime, colectânea de textos, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984;
As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal- século XVII, Almedina, Coimbra, 1994;
Justiça e litigiosidade: história e perspectivas, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1993,
- HILAIRE, Jean, *Histoire des institutions judiciaires*, 2 vols., Les Cours de droit, Paris, 1990-1991;
- HOMEM, António Pedro Barbas, *Iudex Perfectus. Função jurisdicional e estatuto judicial em Portugal, 1640- 1820*, Almedina, Coimbra, 2003;
O espírito das instituições: um estudo de história do Estado, Almedina, Coimbra, 2006;
- JUGNOT, Gérard, *Histoire de la justice française*, Les Cours de droit, Litec, Paris, 1998;
- MARTÍN-PALLÍN, Jose Antonio, *La guerra de los jueces*, editorial Los libros de la Catarata, Madrid, 2022; RODRIGUES, Cunha, *Modelos de governo do poder judicial – alternativas*, in Lugares do Direito, Coimbra, 1999;
- ROGHETTINI, Stella, *La politicizzazione di un potere neutrale*, in Rivista Italiana di Scienza Politica, 2/1995, pp. 227 e ss.;
- RODRIGUES, Maria de Lurdes, [et al.], *40 anos de políticas de Justiça em Portugal*, Almedina, Coimbra, 2017,
- SANTOS, Boaventura Sousa, et al., *Os tribunais nas sociedades contemporâneas: o caso português*, Edições Afrontamento, Porto, 1996;
- TARUFFO, Michele, *La motivazione della sentenza civile*, CEDAM, Padova; 1975;
Il modelo burocrático di amministrazione della giustizia, in Democrazia e Diritto, ano 33, n.º 3, 1993, pp. 249-265;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

TIMSIT, Gérard, *Gouverner ou juger, blasons de la légalité*, PUF, Paris, 1995.

For each chapter will be indicated specific bibliography.

12: Remarks:

Throughout the course, prominent individuals from the judiciary universe will also be invited, allowing the students to have a more detailed perspective of the topics in question.

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.